



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 **8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 05** 2 **DE NOVEMBRO DE 2020.**

3 Ao quinto (5º) dia do mês de novembro de dois mil e vinte, às oito horas e doze minutos (8h12), iniciou-se a
4 oitava (8ª) reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada excepcionalmente de forma
5 presencial, na sede da ESAC Franca, sito Av. Champagnat, 1808, Centro. A reunião foi presidida no primeiro
6 momento pela, até então, Presidente do Conselho, Lucineia Silva Sartori Coelho, e após a posse da nova Mesa
7 Diretora, pelo Presidente e Conselheiro Titular da Sociedade Civil, representante da Organização de
8 Trabalhadores ou Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na
9 reunião vinte e dois (22) conselheiros(as), sendo doze (12) da Sociedade Civil e dez (10) do Poder Público, com
10 (as) os seguintes **Conselheiras(os) Titulares**: Ketelin – Ricardo Berbel Martins, Mário Fernando Mantovani, Rute
11 Alves Silveira, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Ana
12 Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Maria Aparecida Moraes
13 Oliveira, Lucinéia Silva Sartori Coelho, Juliana Rossato Souza Rodrigues, Andréa Fernanda de Faria e Sousa,
14 Luiz Antônio Cintra Filho e Leandro Ferreira. **Conselheiros Suplentes na Titularidade**: Roberta Pucci de Melo.
15 **Conselheiros Suplentes**: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Carlos Eduardo dos Santos, Wagner José de Oliveira,
16 Irene da Conceição Silva, Eder Furtado Ribeiro e Willian de Freitas Aguiar. **Conselheiros(as) que justificaram**
17 **ausência**: Roberta Moraes Lucas, Valdety Souza Vilar Gilberto, Rosemar da Silva, Claudia Maria Fragoso
18 Cerqueira, Luzia Regina Alves, Iara Flávia Afonso Guimarães, Gisleide Branquinho Ramos, Silvia Helena
19 Bertolino dos Santos e Fábio Augusto Tavares Mishima. Também participou da reunião, a Gestora da Assistência
20 Social, Eliete Maria Neves. A pauta da reunião foi aprovada da seguinte forma: **1 – Ordem do dia: – Chamada e**
21 **Verificação de quorum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2 – Deliberação sobre a**
22 **ata da 5ª Reunião Extraordinária; 3 – Aprovação da pauta; 4. Assuntos – 4.1 – Eleição e Posse da Mesa**
23 **Diretora CMAS – Gestão 2020/2021; 4.2 – Apresentação de RELATÓRIO DE ATIVIDADES – EQUIPE DE**
24 **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 2020; 4.3 – Definição de data e formato para a Capacitação de**
25 **Conselheiros com a Profª. Andreia Liporoni; 4.4 – Manifesto pela garantia do atendimento às pessoas em**
26 **situação de rua no CENTRO POP.** A Presidente Lucinéia, fez abertura da reunião e após cumprimentar os
27 presentes, abriu a palavra para que os mesmos pudessem se manifestar, os quais apresentaram seus nomes e
28 representações. Em seguida passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou a chamada
29 dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares e os(as)
30 suplentes na titularidade. As justificativas de ausência também foram apresentadas no momento da chamada.
31 Dando sequência, Maria Amélia informou que o quórum de leitura antecipada da ata da 5ª Reunião Extraordinária
32 foi atingido, sendo a mesma aprovada com a correção do horário que finalizou a reunião. Em seguida, o 1º
33 Secretário Clóves, fez a leitura da pauta, que foi aprovada com alteração do item 5.3, que passou a constar como
34 assunto 4.4 – *Manifesto pela garantia do atendimento às pessoas em situação de rua no CENTRO POP.* Ainda
35 sobre a ordem da pauta, foi feita a solicitação de inserção do assunto “A seguridade trabalhista dos trabalhadores



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 *e trabalhadoras dos serviços essenciais do SUAS em tempos de pandemia*”, pelo conselheiro Carlos Eduardo.
38 Mediante discussão, o colegiado entendeu a necessidade de maior apropriação do assunto, com a consulta
39 preliminar de documentos e pesquisas realizadas, bem como, de ouvir e conhecer a realidade dos(as)
40 trabalhadores(as). Desta forma, foi decidido que este será inserido como assunto da próxima reunião. Passou-se
41 então ao primeiro assunto, item **4.1 – Eleição e Posse da Mesa Diretora CMAS – Gestão 2020/2021**; A
42 Secretária Executiva Maria Amélia explicou que de acordo com o Regimento Interno a mesa diretora deve ser
43 paritária e composta por: presidente, vice-presidente, primeiro(a) secretário(a) e segundo(a) secretário(a) para
44 gestão de (01) um ano, permitindo-se apenas uma recondução. Disse ainda que dever haver alternância entre
45 poder público e sociedade civil a cada gestão. Esse mandato ocorrerá da seguinte forma: Presidente – Sociedade
46 Civil; Vice-Presidente – Poder Público; 1ª Secretária – Poder Público; 2ª Secretária – Sociedade Civil. Explicou
47 que para se candidatar o(a) conselheiro(a) deve ocupar a titularidade e preferencialmente contar com, pelo menos,
48 um ano de exercício como conselheira(o). A Conselheira Tina sugeriu o seguinte formato de votação: para os
49 cargos que devem ser compostos por representantes da sociedade civil, o primeiro mais votado ocupará o cargo de
50 presidente e o 2º mais votado ficará como 2º secretário; com relação aos cargos que devem ser ocupados por
51 conselheiros do poder público, o mais votado ocupará a função de vice-presidente e o segundo a função de 1º
52 secretário. O colegiado concordou com a proposta da conselheira. Dando seguimento, Maria Amélia informou
53 quais conselheiros e conselheiras que atendiam aos critérios estabelecidos no Regimento Interno. Após diversas
54 discussões, os cargos de Vice-Presidente e 1ª Secretária, foram definidos por meio de ato voluntário, visto que
55 haviam apenas 03 possíveis candidatos(as). Como Vice-Presidente, foi empossada a Conselheira Maria Aparecida
56 Moraes Oliveira e como 1ª Secretária, a Conselheira Juliana Rossato Souza Rodrigues. Seguiu-se então, para a
57 votação de cargos de Presidente e 2ª Secretário, com cédulas físicas, contabilizando dezesseis (16) votos no total.
58 Apenas 02 (dois) conselheiros estavam aptos para concorrer, sendo eles, Oiter e Yheda, e estes se apresentaram
59 como candidato e candidata à presidência. Após a votação secreta, Maria Amélia fez a contagem dos votos, sendo
60 dez (10) votos para o conselheiro Óiter Cassiano Marques, eleito como Presidente do CMAS e seis (6) votos para
61 a conselheira Yheda Maria Lanes Gaioli, definida como 2ª Secretária. Lucinéia, agradeceu aos conselheiros e
62 demais integrantes da Mesa Diretora, destacando que essa é uma função que demanda muita responsabilidade e
63 dedicação, mas que também proporciona muito aprendizado e desejou uma boa gestão ao novo Presidente e Mesa
64 Diretora. Encerrando sua fala, fez um agradecimento à Maria Amélia, secretária executiva do CMAS, que durante
65 seu mandato, deu todo o respaldo necessário no exercício de sua função. A Secretária Executiva, aproveitou a
66 oportunidade e também fez uma fala agradecendo pelo trabalho e compromisso da equipe que encerra o mandato
67 e se colocou a disposição da nova Diretoria. A conselheira Tina também se manifestou ressaltando que é de grande
68 importância que todos os conselheiros se apropriem da Política de Assistência Social, pois o papel do CMAS é
69 fazer a defesa desta área. O presidente empossado, Óiter, também fez seus agradecimentos e se comprometeu em
70 trabalhar da melhor maneira possível, contando com o apoio de todos e todas. Passou-se em seguida ao assunto
71 **4.2 – Apresentação de RELATÓRIO DE ATIVIDADES – EQUIPE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 **2020:** Os documentos referentes a apresentação foram encaminhados previamente aos conselheiros e se
74 encontram disponíveis na Secretaria Executiva do CMAS. O Presidente Óiter passou a palavra para as
75 conselheiras Lucineia e Cidinha, que também compõe a equipe de Monitoramento. As mesmas explicaram que a
76 função da equipe é de acompanhar e monitorar toda a rede socioassistencial, porém, devido a grande demanda de
77 serviço e poucos profissionais destinados a esse setor, o trabalho destas teve como foco a rede privada. As
78 unidades estatais tiveram o acompanhamento realizado pelas Administradoras da Proteção Social Básica e
79 Especial, Carmen e Lisandra. Lucineia e Cidinha apresentaram os principais pontos do Relatório de Atividades,
80 no qual foram destacados os instrumentais utilizados, a rede socioassistencial pública e privada, uma síntese
81 quantitativa de ações e as considerações finais da equipe, que são: Avançar nas análises, interpretação,
82 sistematização dos dados e devolutivas aos serviços; Escuta dos usuários e familiares dos serviços, ainda não se
83 efetivou; O fortalecimento das ações de monitoramento que continuam sendo os desafios necessários para o
84 avanço e continuidade da qualificação do trabalho da SEDAS e da rede socioassistencial: Estruturação do setor de
85 Parcerias na SEDAS; Implantação da Vigilância Socioassistencial; Ampliação do RH da Equipe de
86 Monitoramento. Em seguida demonstraram o Anexo I, com as metas cofinanciadas de cada serviço, bem como o
87 Gráfico de Metas Executadas. Ao final da apresentação foi aberta a discussão. Em relação as metas estabelecidas e
88 não cumpridas, a equipe destacou que existe uma corresponsabilidade das unidades estatais e entidades, pois o
89 referenciamento dos serviços é responsabilidade das unidades de CRAS e CREAS, que atualmente tem equipes
90 defasadas e portanto sem capacidade operacional para realizar os encaminhamentos de usuários para os serviços.
91 Salientaram que o Tribunal de Contas do Estado tem questionado o não cumprimento de metas, sendo necessário
92 apresentar a justificativa para essa questão. Os conselheiros pontuaram que essa situação é recorrente, uma vez
93 que as equipes de unidades estatais estão incompletas há muito tempo e portanto não conseguem realizar a busca
94 ativa e inserção de novos usuários nos serviços, porém esse ano a situação se agravou em razão da pandemia.
95 Yheda pontuou que os serviços são organizados de acordo com a meta pactuada, ou seja, as equipes, as
96 instalações são organizadas para atender aquela quantidade de pessoas e dependem do encaminhamento dos
97 usuários pelas Unidades Estatais. Geraldine argumentou que esse problema acontece há muito tempo e o Conselho
98 não pode ficar inerte, sendo necessário buscar soluções. A conselheira Irene, trabalhadora do CRAS Leste,
99 explicitou que existe um TAC em andamento para recomposição das equipes das unidades, mas reforçou que o
100 agravamento da situação se deu por conta da pandemia. Explicou ainda, que a partir do mês de março foram suspensas
101 as atividades coletivas presenciais e apesar de ter acontecido, posteriormente, de forma online, sabe-se que o
102 trabalho não tem o mesmo sucesso, assim os serviços foram afetados. A busca ativa também foi suspensa,
103 portanto passou muito tempo sem a inserção de novas pessoas aos serviços. Disse que foi elaborado um protocolo,
104 com o Comitê de Contingenciamento, para que os serviços possam ser retomados gradualmente. O Conselheiro
105 Clóves reforçou a atipicidade tanto para a Rede Privada, quanto para o Poder Público e ainda expôs que sentiu a
106 falta de comprometimento da Secretaria de Saúde para com a Assistência Social, visto que ocorreram muitos
107 problemas em relação aos testes de COVID-19. Tina parabenizou a Equipe de Monitoramento pelo trabalho



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

109 detalhado, mas reforçou que mesmo compreendendo a situação da equipe, o acompanhamento e avaliação dos
110 serviços executados pelas unidades estatais precisa constar no Relatório, inclusive com o registro documentado
111 dessa situação de precarização das equipes. A conselheira Ana Paula deu continuidade ao assunto sugerindo que as
112 informações referentes a rede pública fossem apresentados anteriormente a prestação de contas. O colegiado
113 concordou com a sugestão de ambas as conselheiras e foi definido que será feito dessa forma. A conselheira
114 Cidinha retomou o assunto sobre as metas e destacou ainda, que, enquanto Gestão, há a necessidade de
115 acompanhar as medidas e tomar atitudes, pois o Termo de Colaboração pode ser alterado quando necessário,
116 desde que haja acordo entre as partes. Juliana demonstrou sua preocupação, enquanto Conselho e Gestão, em
117 relação aos serviços que não cumprem as metas há mais de ano. A gestora Eliete, apontou a necessidade de
118 realizar a avaliação das necessidades do município, para assim propor as alterações necessárias nas metas e
119 serviços. Porém para alterações e definição de metas, é necessário aguardar o índice a ser aplicado no Orçamento
120 para a Assistência Social, definido para 2021. O colegiado concordou em retomar a discussão após a
121 disponibilização do índice a ser aplicado no orçamento do próximo ano. Seguiu-se ao assunto **4.3 – Definição de**
122 **data e formato para a Capacitação de Conselheiros com a Profª. Andreia Liporoni;** Maria Amélia lembrou a
123 todos que o Conselheiro e Presidente Oiter socializou com o colegiado um importante material de capacitação de
124 conselheiros. Dito isso, informou que existe uma parceria entre o Conselho e a Profª Andreia Liporoni, da Unesp-
125 Franca, na qual a mesma se disponibiliza para ministrar capacitação aos conselheiros e conselheiras. Assim, a
126 mesma fez contato com a professora que se dispôs em realizar essa capacitação. Esse evento terá como base a
127 introdução dos conselheiros, com destaque para as atribuições e finalidades do CMAS, bem como as funções de
128 conselheiro, organização do colegiado, conforme Lei e Regimento Interno do conselho. O colegiado definiu que a
129 capacitação ocorrerá presencialmente, cujo espaço será definido posteriormente, e será no dia 03 de dezembro,
130 após a última Reunião Ordinária do CMAS de 2020. Passou-se então ao item **4.4 – Manifesto pela garantia do**
131 **atendimento às pessoas em situação de rua no CENTRO POP.** A secretária-executiva fez a leitura do citado
132 Manifesto e logo após a palavra foi passada a conselheira Ana Paula, coordenadora do Forttsuas-RF. A mesma
133 explicou que esse manifesto é um desabafo dos trabalhadores, visto a atual situação de precarização do serviço
134 para as pessoas em situação de rua e das condições de trabalho. O Centro POP está sem espaço de atendimento,
135 deixando de oferecer atenção às necessidades básicas dessa população, como local para banho, higienização de
136 roupa, salas sigilosas para atendimento, etc. Contou ainda que um dos acontecimentos mais recentes foi a
137 orientação dada pela Gestão, para que o Centro POP se estabelecesse no Parque Fernando Costa e logo após
138 alocarem os materiais necessários e chegarem ao local para iniciar o trabalho, não foram autorizados a ocupar o
139 espaço. Situação humilhante para os trabalhadores que, mesmo dispostos, não têm condição de trabalho para
140 atender as urgentes necessidades da sociedade. O representante da Secretaria de Desenvolvimento, conselheiro
141 Luiz Antônio, informou que os trabalhadores daquele Parque não tinham conhecimento dessa ordem,
142 ocasionando em uma situação desagradável para todos. A conselheira Yheda lembrou que o CMAS consultou a
143 Gestão sobre os prédios disponíveis da Secretaria de Ação Social, mas não houve resposta oficial. Se mostrou



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

145 descontente com a situação, pois na audiência com o Ministério Público, na qual discutia-se a situação do Centro
146 POP, foi apresentada uma informação pela Gestora de que existem cinco (5) prédios públicos cedidos para a
147 Secretaria, em troca de alguns prédios da Assistência Social, citando o espaço do Creas Moema que foi cedido
148 para a Educação. A conselheira pontuou que é de conhecimento público que existem dois (2) serviços com
149 necessidade urgente de espaços, sendo eles o CREAS Moema e o Centro POP. Tina se manifestou favorável ao
150 manifesto, destacando que o Conselho nunca se eximiu de se posicionar em defesa da política de assistência
151 social, porém existe um Regimento Interno que estabelece critérios para a organização do conselho, que deve ser
152 seguido, portanto não é possível definir o posicionamento e apoio do CMAS através de grupo de whatsapp.
153 Continuou dizendo que, assim como feito com a situação da Residência Inclusiva, essa é uma maneira de expor
154 para a sociedade o descaso da Administração Pública para com a Assistência Social. A conselheira Lucineia
155 sugeriu então, que fosse elaborado um ofício apoiando esse Manifesto, a ser encaminhado ao Ministério Público e
156 outros órgãos, solicitando ainda que o documento seja inserido ao inquérito civil que está em andamento. O
157 colegiado aprovou, definindo como encaminhamento. Os conselheiros manifestaram a importância da organização
158 legal e fortalecimento do Fórum da População em Situação de Rua. Ana Paula informou que a leitura do
159 Manifesto ocorrerá na próxima sessão da Câmara, terça-feira, dia 10 de novembro. Encerrando os assuntos da
160 pauta, passou-se aos informes. **5. Informes: 5.1 – Quadro de comissões de Trabalho 2020-2021; 5.2 – Carta**
161 **Aberta – Residência Inclusiva; 5.3 – Apostila – Curso Introdução ao Exercício do controle social do SUAS; 5.4**
162 **– Recebimento de Ofício – Frente Parlamentar Mista em Defesa das Apaes, Pestalozzis e Entidades co irmãs;**
163 Referente ao item **5.1 – Quadro de comissões de Trabalho 2020-2021**, Maria Amélia informou que entrará em
164 contato com os conselheiros para que se manifestem e se integrem às comissões. Foi solicitado pelos conselheiros
165 que lhes fosse encaminhado o Ofício 38/2020 CMAS, que foi enviado para a Frente Parlamentar e também o
166 Plano de Contingenciamento da SEDAS. Finalizados todos os assuntos e informes o Presidente deu por encerrada
167 a reunião as onze horas e vinte e sete minutos (11h27). Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva
168 deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada constará a lista de presença.